



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Processo 094/2024
Origem/Interessado Câmara Municipal de Primavera do Leste
Assunto Projeto de Resolução – Altera, acrescenta e revoga artigos da Resolução nº 003/2009 - Regimento Interno da Câmara Municipal
Parecer nº 159/2024/PJCM
Local e Data Primavera do Leste/MT, 27 de agosto de 2024.
Assessora Jurídica Caroline Alves Amora

**DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO.
PROJETO DE RESOLUÇÃO 005/2024. ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA ARTIGOS DA RESOLUÇÃO Nº 03, DE 18 DE JUNHO DE 2009 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE – MT.**

I – RELATÓRIO

Visa o presente Projeto de Resolução nº 005/2024, de autoria de todos os Vereadores da Câmara Municipal de Primavera do Leste, “**Altera, Acrescenta e Revoga artigos da Resolução nº 03, de 18 de junho de 2009 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT.**”

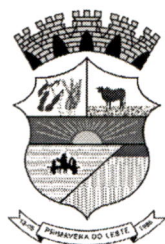
Consta justificativa do Projeto às fl. 005.

É o relatório. Passo a fundamentar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.I DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente ju-



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

rídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

II.II DA ANÁLISE JURÍDICA

Além dos atos normativos próprios, comuns, de efeitos externos, como resultado da ação legiferante da Câmara Municipal, como a lei, encontram-se, na intimidade do Colegiado local, atos que se denominam de *interna corporis*, que é definido por Hely Lopes Meirelles nos seguintes termos:

“São somente aquelas questões ou assuntos que entendem direta ou exclusivamente com a economia interna da corporação legislativa, com suas prerrogativas institucionais, ou com a faculdade de valorar matéria de sua privativa competência. Tais são os atos de composição da Mesa, de apreciação das condutas de seus membros e de julgamento das infrações político administrativos do Prefeito, de formação da lei e de manifestar-se sobre o veto. Daí não se conclua, porém, que tais assuntos afastam por completo a revisão judicial. Não é assim. O que a justiça não pode é substituir a deliberação da Câmara por um pronunciamento de mérito do Poder judiciário. Não se pode olvidar, todavia, que os *interna corporis* são atos formalmente administrativos e materialmente políticos. Na sua tramitação e forma ficam sujeitos ao exame judicial como os demais atos; na valoração de seu conteúdo refogem



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

da censura do judiciário. ”

No presente caso, trata-se de projeto que dispõe sobre prerrogativas típicas do Poder Legislativo, a chamada matéria de cunho *interna corporis*, cuja competência é exclusiva da Câmara Municipal. Matéria de cunho interno e institucional na função de suas atividades.

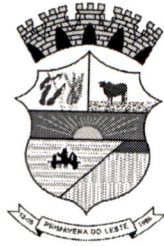
A espécie normativa “resolução” é uma norma que tem como objetivo regular matérias de competência das Casas Legislativas, sendo de competência privativa dessas e gerando, de regra, efeitos internos. A resolução é uma deliberação político-administrativa do parlamento que deve observar o processo legislativo, não estando sujeita a sanção do Poder Executivo.

Obedece a procedimentos próprios estabelecidos no Regimento Interno de cada Casa Legislativa, sendo promulgadas pelo próprio Poder Legislativo. Sob o ponto de vista formal, no caso em análise, a inovação jurídica virá a integrar nova Resolução.

Também, é cediço que o Poder Legislativo possui autonomia para dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções de seus serviços, observados os parâmetros da Constituição da República, conforme artigos 51, IV c/c art. 52, XIII.

Em que pese a competência da Câmara Municipal para dispor sobre os assuntos afetos à sua economia interna, não lhe é dado deixar de observar a hierarquia das leis. Assim sendo, as normas regimentais que contrariarem lineamentos constitucionais e à Lei Orgânica ou legislação do ordenamento pátrio aplicável ao legislativo, será ineficaz por inconstitucionalidade e ilegalidade respectivamente.

O art. 16, da Lei Orgânica do Município de Primavera do Leste LOM, estabelece, respectivamente que é da competência da Câmara Municipal, dispor sobre suas sessões e organização, especialmente no tocante a qualquer assunto de sua administração in-



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

terna.

Ainda, o Regimento Interno, no § 2º do art. 87, inciso III diz que o Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, tais como a organização de serviços administrativos.

Assim, conforme dispositivos da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Casa, estão sendo observados os princípios inerentes a matéria, além dos requisitos legais para apresentação da presente proposta.

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao que dispõem o Regimento Interno, art. 87, § 2º, por ser matéria de interesse interno.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, não encontrando nenhum óbice legal que impeça a tramitação do Projeto de Resolução sob análise, de forma que, com tais considerações, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito.

Assim, à **Comissão de Justiça e Redação** caberá a apreciação formal e material quanto ao Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 27 de agosto de 2024.


CAROLINE ALVES AMORA

Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Primavera do Leste - MT